

1

POBREZA URBANA E MARGINALIDADE NO VIRAR DO MILÉNIO

Luís Fernandes

1.1. Exclusão social: os primeiros olhares

Imigrantes clandestinos, prostitutas e toxicodependentes de rua, sem-abrigo: o que une os quatro grupos alvo do Projecto in EXTREMIS, de cujo desenvolvimento ao longo de dois anos esta publicação dará conta? Num primeiro olhar, une-os a sua relação periférica, nuns casos, e marginal noutros, em relação ao trabalho. Sem-abrigo e *junkies* de rua: os sem-trabalho; imigrantes clandestinos: o trabalho ilegal; prostitutas: o trabalho marginal.³

Num segundo olhar une-os um mesmo quadro de vida marcado pela exclusão social. A propósito de cada um destes grupos podemos, com efeito, identificar trajectórias de vida dos actores e representações sociais a seu respeito que os discursos políticos, mediático e técnico nomeiam através da etiqueta *exclusão social*.

Num terceiro olhar, os quatro grupos - a que, por facilidade de linguagem, passamos a chamar *grupos in EXTREMIS* - são alvo dum mesmo tipo de intervenção técnica. A seu respeito, é voz comum dizer-se que é necessário intervir com urgência. A par do Estado, têm vindo a surgir organizações da sociedade civil e novos profissionais - educadores sociais, trabalhadores de rua, animadores socioculturais... - que desenham novas configurações no campo da intervenção social.

A prática científica ensina-nos a desconfiar dos primeiros olhares. São, normalmente, panorâmicos: vêem de longe e de cima - o que, quando se trata de grupos em situação de exclusão social adquire um sentido ainda mais literal. Os especialistas devem, portanto, complicar a tarefa àqueles que se bastam com a aparência primeira das coisas. Sigamos o repto de Bourdieu (1991), quando fala dos que falam do sofrimento na urbe pós-moderna: "Tentar assim complicar um pouco a tarefa de todos os "habilitados" (...) que se precipitam nos jornais ou perante as câmaras armados da pretensão ao magistério intelectual, para dizerem como é um mundo social que eles ignoram ao ponto de ignorarem a sua ignorância mesma".

Desconfiemos, em primeiro lugar, da repartição dos quatro grupos in EXTREMIS. Não há entre eles relação de mútua exclusividade, mas recobrimentos parciais: um sem-abrigo pode também ser toxicodependente, uma toxicodependente pode ser também prostituta, uma prostituta pode também ser uma imigrante ilegal, um imigrante ilegal pode também ser sem-abrigo, um sem-abrigo pode também

³ Deveríamos antes chamar-lhe trabalho *informal*? A noção de *informal* foi criada em 1972 pelo Bureau International du Travail. Descreve uma economia que se caracteriza (como a marginalidade) pela ausência de articulação formal com o sistema de produção oficial e que representa a actividade de todos os até então designados como marginais: pequenos comerciantes e artesãos, domésticas, etc (Fassin, 1996).

dedicar-se à prostituição e ser toxicodependente. Devíamos, com mais frequência, interrogar-nos sobre o nosso gosto pelas categorizações: simplificam a realidade e, se nos contentarmos com elas, ocultarão mecanismos de fundo que colocam certas franjas da população em situação de vulnerabilidade e de emergência social. Além disso, arriscam-se a ocultar o que há de comum em indivíduos que repartimos em categorias muito diferentes, arriscando-se igualmente a apagar no interior de cada categoria as trajectórias pessoais no que têm de irreduzível e único. Por último, ocultam ainda o trabalho simbólico que está sempre presente no acto de categorizar. A categorização não é simplesmente um processo cognitivo de arrumação do real heterogéneo. Envolve em simultâneo um trabalho simbólico que diz respeito à definição de topologias, hierarquias e dominações no interior do sistema social, jogo em que os actores estão permanentemente envolvidos e que os cientistas sociais reificam quando categorizam sem problematizar.⁴

Desconfiemos depois dos sem-trabalho: diz-se dos sem-abrigo e dos toxicodependentes de rua que estão desocupados e que os seus quadros de vida actuais resultam do desemprego de longa duração. Mas muitos deles são arrumadores de automóveis e, independentemente do juízo moral sobre a (in)conveniência da sua presença nos espaços públicos, ser arrumador corresponde à vontade de participar do circuito económico da cidade. É uma forma de participação social e uma ocupação.

Ser-se arrumador pode relevar de diferentes posturas face à normalidade cidadina - dito de outro modo, ao mesmo comportamento podem corresponder actos muito diferentes. Esta actividade pode representar uma *desistência*, uma *busca de dignidade* ou uma *resistência*: depender da moeda do automobilista, tanto pode ser a desistência do *junkie* como a busca de dignidade dum indivíduo que mesmo assim insiste em pertencer ao circuito económico da cidade, em vez de se esconder nas suas traseiras ou de se auto-excluir numa errância marginal sem qualquer vínculo relacional. Pode, ainda, ser uma posição de resistência: a breve interacção entre automobilista e arrumador tem uma sequência típica que envolve ameaça e agressividade latentes, numa espécie de ritual de confrontação com as classes médias reféns do medo que tal ritual lhes provoca.⁵

4 Sobre o trabalho simbólico operado dum modo mais ou menos subliminar pelas categorizações sociais ver Albertino Gonçalves, O Movimento da Discórdia. O Trabalho Simbólico na Mobilidade Social. *Antropológicas*, número 2, 1998, 101-105.

5 A *desistência* diz respeito à renúncia a todo o projecto de vida, vivendo uma espécie de ditadura do presente marcada pela urgência da ressaca. A *busca de dignidade*, expressão que tomamos de Ph. Bourgois a propósito da actividade de *dealer* no Harlem de Nova Iorque, diz respeito à procura de uma posição social apesar da marginalidade em que se vive. A *resistência* é um conceito que vamos buscar aos trabalhos do Center for Contemporary Cultural Studies de Birmingham, desenvolvido a propósito da confrontação das subculturas juvenis em relação aos símbolos da ordem social associada ao adulto e à classe média. Para a revisão deste conceito, cf. L. Fernandes e T. Neves, «Etnographic Space-Time: Culture of Resistance in a 'Dangerous Place'». in Serge Brochu, Candido da Agra e Marie-Marthe Cousineau (Eds) *Drugs and Crime Deviant Pathways*. Montréal: Ashgate Publishing Limited, 2002.

A pesquisa etnográfica que José Machado Pais (2000) levou a cabo entre os arrumadores de Lisboa pôs justamente em relevo o seu carácter relacional, a sua dinâmica reguladora de quotidianos da marginalidade urbana e a sua função de subsistência económica.⁶

Desconfiemos agora da exclusão social. Autores que consagraram análises críticas a esta noção, como Bruto da Costa (1998) ou Serge Paugam (1996), demonstraram já o carácter demasiado genérico, ambíguo e fluído desta noção, nascida no discurso socio-político e ainda mal depurada pelo das ciências sociais. Faz parte de um campo semântico onde se cruzam inadaptação social, pobreza (a tradicional e as suas novas formas), vulnerabilidade social, marginalidade... Por sua vez, estas figuras remetem para espaços e para grupos que têm em comum uma representação social estigmatizante: *getto*, *slum*, *cité*, *banlieu*, *favela*, bairro social degradado, populações relegadas, *underclass*, sem-abrigo, minorias étnicas....

"De acordo com as topologias simbólicas das sociedades num período recente, o desenvolvimento da pobreza urbana deu origem a três figuras distintas: exclusão - em França, underclass - nos EUA, marginalidade - na América Latina. Estas figuras reenviam para três configurações do espaço social, respectivamente: dentro/fora, alto/baixo, centro/periferia. Estas formas de conceber o mundo social traduzem não só diferentes realidades sociológicas, como também tradições intelectuais e políticas distintas (...)" (Didier Fassin, 1996).

Ao longo desta publicação, veremos definidas pobreza - a tradicional e a nova, a integrada e a de exclusão - inadaptação social, vulnerabilidade social e estigma. Mas, sintomaticamente, nada é dito sobre a definição de exclusão social. É como se ela se autoevidenciasse quando caracterizamos toxicodependentes e prostitutas de rua, sem-abrigo, minorias étnicas, imigrantes clandestinos - as populações sobre as quais se debruçam as análises que adiante veremos. No momento mesmo da sua construção, é difícil o recuo crítico sobre as noções, que parecem dotadas do poder de auto-evidência.

6 Não resistimos a reproduzir aqui os comentários de Ph. Bourgois, consagrado etnógrafo da marginalidade nos EUA, na sua visita ao Porto em 2001: "Achei o fenómeno dos arrumadores especialmente interessante : pareceu-me uma forma brilhantemente digna, segura e relativamente neutra dos toxicodependentes e dos alcoólicos manterem os seus hábitos e, ao mesmo tempo, desempenharem uma função quase amigável, embora de utilidade residual, que lhes permite manter alguma dignidade e simultaneamente ganhar o suficiente para não ressacarem. Surpreende-me que a arrumação de carros não se tenha tornado moda nos EUA. A sua ausência representa seguramente alguma dinâmica sociológica mais profunda." (in Olhares Seguros, Ano 3, número 2, Novembro 2001, publicação do Observatório Permanente de Segurança do Porto).

E, em todo o caso, persiste a inquietação: de que falamos exactamente ao falarmos de exclusão social? Para lá da visibilidade dos actores das margens no palco imenso das cidades, que mecanismos estruturais operam e que processos sociais prosseguem o seu lento labor para que um número crescente de pessoas em situações tão heterogéneas possa englobar-se nesta etiqueta?

Fizemos já também nós a análise crítica da noção de exclusão social (cf. Fernandes, 1998; Fernandes e Carvalho, 2000). Retomaremos aqui, dessa análise, a problematização da dicotomia que o termo imediatamente evoca. Como tantas outras noções do campo discursivo das desordens, também a de exclusão social assenta sobre uma dicotomia redutora. A categoria divisória básica *nós-outros*, verdadeiro princípio organizador das identidades sociais, reproduz-se numa série de clivagens: doença - saúde, loucura - normalidade, irracionalidade (consciência alterada, drogas...) - razão, margem - centro, insegurança - ordem, preguiça / vício / ociosidade - trabalho, exclusão - integração. Substituamos a dicotomia pela gradação contínua, de modo a obtermos uma multiplicidade de posições: a cidade é uma hierarquia de indivíduos, desde o muito integrado nas tarefas e papéis reconhecidos socialmente ao muito excluído - hierarquia que vai do *normopata* ao mendigo ou ao sem-abrigo. Mesmo dentro da categoria lata dos desviantes deveríamos contemplar um continuum do desviante integrado ao desviante excluído.

Cada espaço dito de exclusão social mostra-se, quando o interrogamos a partir de uma posição fenomenológica, capaz de produzir uma vida social espontânea que se assemelha muito pouco à exclusão. David Snow e Leon Anderson (1998), estudaram através do método etnográfico os sem-abrigo de Austin, no Texas, ao longo de toda a década de 80 e mostraram como a existência nas ruas produz uma subcultura própria que tem poder integrador dos indivíduos que o destino aproximou através de circunstâncias desfavoráveis. Os autores propõem a expressão *moradores de rua* justamente como forma de definir estes actores através do modo de vida que constroem, em vez de os definir por aquilo que não são ou não têm, como fazemos com as designações "sem-abrigo" e "desempregado".

1.2. A normalidade do desemprego

O termo exclusão social estabelece de imediato uma outra dicotomia, desta vez com a esfera do trabalho. A tal ponto este se tornou central nas nossas sociedades que a sua perda acarreta uma cadeia de consequências muito para além da privação económica:

"Privado das suas referências espaciais e temporais, o desempregado tem o sentimento de ter perdido a sua dignidade. Ele vive uma crise de identidade pessoal, que corre o risco de se traduzir por colocar em causa os seus papéis familiares e a ruptura das relações com os outros. O isolamento e a dessocialização estão no horizonte daquilo a que podemos chamar «a prova do desemprego»" (Schnapper, 1994).

A Modernidade consagrou o trabalho como organizador da sua racionalidade e da sua ética. Não foi concerteza por acaso que os fundadores da sociologia lhe dedicaram os seus esforços analíticos (Durkheim e a divisão social do trabalho, Max Weber e as relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Marx e o trabalho na relação entre as classes dominantes e o proletariado). O valor central do trabalho é bem sublinhado pelo seu papel como mecanismo socializador, como fundamento da troca social, ou como instrumento identitário.⁷

"Nas sociedades de matiz cultural e civilizacional cristã-ocidental, como a portuguesa, a própria definição das pessoas, em termos sintéticos, porventura estereotipados, (...) é simbolizada pelo tipo de trabalho que fazem." (L. Imaginário, 1987).

O trabalho é uma técnica disciplinar, assentando nele uma estratégia macrosocial de normalização, que Foucault bem caracterizou ao falar da docilização do corpo, do espírito e do corpo social. Não espanta, por isso, que seja com base nele que é pensada a oposição entre o social e o antissocial, expressada ao longo dos tempos pelas figuras do mendigo, do ocioso, do pária, do vagabundo. E torna-se, neste quadro, natural que se regenere também pelo trabalho, reabilitando o indivíduo para o *opus laborum*, através do internamento em casas de correcção ou da sujeição pelo esforço. Entre esses tempos e a actualidade mudou-se mais a linguagem com que dizemos estes factos do que a lógica moral das relações entre o trabalho e a ociosidade...

Existe um consenso entre os analistas sobre o facto de a Modernidade estar em crise, dando lugar a novos arranjos nas sociedades ocidentais seja na configuração do poder, seja nas relações económicas, seja nas principais instituições que funcionaram como os pilares da Modernidade. O termo globalização exprime um tipo de organização que estará rapidamente a alterar as velhas configurações

⁷ Para uma revisão recente do papel do trabalho na lógica social, ver Agostinho Rodrigues, *Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes*. Porto: FPCEUP, 2004 (Tese de Mestrado).

com que convivemos durante séculos.⁸ Não importaria isto para aqui não fosse o caso de ser justamente o trabalho um dos tais pilares que estão atingidos duramente pelas transformações actuais. Sem querermos ser exaustivos, chamaremos a atenção para o facto de o trabalho formal estar hoje sujeito a uma série de alterações que lhe tiram o carácter permanente e constante que tinha na trajectória de vida dos indivíduos, assegurando-lhes deste modo a estabilidade tanto ao nível do estatuto social como das condições materiais.

Poderíamos centrar-nos no processo de desindustrialização em curso nos países do capitalismo avançado, fenómeno que Touraine considera central na *desmodernização*, termo pelo qual designa a nova etapa que se vive hoje; poderíamos centrar-nos nos efeitos da desindustrialização sobre as classes populares e sobre a desorganização causada nos seus habitats urbanos, seguindo o destino dos "Bairros de Exílio" analisados por Dubet e Lapeyronnie (1992); ou das *cités* analisadas por Loïc Wacquant (2001); poderíamos centrar-nos nos processos de automação da produção e da deslocalização empresarial, que têm vindo a dispensar larga faixa de mão-de-obra operária; poderíamos ainda centrar-nos nos fluxos intensos de migração que as relações entre países ricos, em desenvolvimento e pobres, em conjunto com a globalização da economia têm vindo a gerar; poderíamos finalmente tentar sistematizar as profundas alterações que tudo isto acarreta sobre o mercado de emprego e a própria estrutura do trabalho: rarefacção, segmentação, precariedade... (cf. Rodrigues, 2004).

E concluiríamos com Castel que o discurso da "empresa integradora" ou "empresa cidadã" que apela à sua responsabilidade social tem cada vez menos consistência, desde logo empírica, pois verifica-se "(...) que a empresa funciona também, e aparentemente cada vez mais como uma máquina de vulnerabilização, e até mesmo como «máquina de exclusão»" (Castel, 1998). Com efeito, é hoje muito mais frequente a experiência do desemprego mesmo em sectores profissionais qualificados, ou a descontinuidade das funções que levam o indivíduo a permanentes readaptações, fazendo da flexibilidade, a característica central do trabalho.

Adequando-se às novas exigências da economia globalizada, a empresa modifica a sua postura face ao trabalhador - a deslocalização é bem o exemplo da perda de compromisso daquela em relação a este.

Habitúamo-nos desde longa data a ver o desemprego como o reverso do trabalho. Se na concepção racionalista tradicional, este era o centro da experiência humana,

⁸ Para uma análise de conjunto das transformações que habitualmente agrupamos sob o rótulo da globalização ver Soromenho-Marques, "Economia, Política e Desenvolvimento sustentável. Os desafios da crise global e social do ambiente", in *Educação Sociedade e Culturas*, 21, 2003, 9-22 e Carlos Fortuna, *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, Ed. 1997.

é natural que o desemprego tenha igual importância - invade tão extensamente a vida do sujeito, como invadia o trabalho. Mas, uma vez que é o seu reverso, exhibe consequências opostas: em vez de integrar isola, em vez de construir identidade atinge a auto-imagem, em vez da auto-estima aparece o sentimento de desvalorização, em vez da realização o fracasso e a sensação de demérito. O desempregado define-se pela negativa, por aquilo que não é ou não faz. Temos de ir largando as velhas categorias mentais - habituemo-nos à ideia de ir substituindo o binómio trabalho - desemprego por uma hierarquia complexa que vai do pleno trabalho ao pleno desemprego (as figuras do extremo seriam o *workaholic*, adicto ao trabalho e um certo tipo de desempregado de longa data, adicto a um "estar por ali" como posição existencial totalitária); pelo meio dos extremos há diversas possibilidades: trabalhar em part-time, trabalhar por temporadas, trabalhar no sector informal, trabalhar num trabalho que não é reconhecido como trabalho (o *dealer*, por ex.), trabalhar só quando apetece (o "biscateiro"), trabalhar em sistema intermitente de modo a ir gerindo o subsídio de desemprego, combinar um trabalho formal com uma economia subterrânea, reformar-se precocemente e passar a executar trabalhos "para reformados", executar trabalhos de uma certa economia residual da cidade instalada nas superfícies de contacto entre a margem e o centro (arrumadores de automóveis, prostitutas e prostitutos de rua...)⁹

Enquanto houve razões para pensar que o desemprego era um efeito indesejável das crises de crescimento e dos períodos de depressão económica, revestia o carácter de um estado transitório. O que parece estar a acontecer na actualidade é que ele tem vindo a adquirir o carácter de estado permanente traduzido no discurso social pela figura do desempregado de longa duração. Alguns, sem rodeios de linguagem, propõem expressões que não deixem lugar a equívocos sobre o carácter estrutural do desemprego nas sociedades pós-industriais: na expressão de R. Castel (cit. por Dubet, 1996) são supranumerários, dispensáveis pelo sistema social porque a sua força de trabalho já não encontra lugar; na expressão de Donzelot e Jaillet (1999): "a população das zonas urbanas desfavorecidas, não é já constituída por desviantes mas por "normais inúteis". O seu problema reside num defeito da existência: eles não contam, sofrem de invisibilidade social."

Os grupos *in EXTREMIS*, estejam eles colocados numa relação periférica ou marginal com o trabalho, estejam eles numa situação de supranumerários ou de inimpregáveis, são bem a expressão das convulsões que atravessam hoje toda

⁹ A hierarquia do pleno trabalho ao pleno desemprego não esgota a questão. Deveríamos ainda entrar no debate sobre a importância do lazer na sociedade do futuro, que implicaria a aprendizagem do ócio, de modo a não ser vivido autocondenatoriamente. Por força da diminuição do trabalho estará a chegar o tempo de reeditarmos as velhas utopias do direito à preguiça tal como no-las expôs Paul Lafargue em 1883 ou, bem mais próximo de nós, Agostinho da Silva...

a esfera laboral e do seu cortejo de efeitos dessocializadores e dessolidarizadores. É no reconhecimento destas dificuldades inerentes à transformação dos processos produtivos e à mundialização do mercado de mão-de-obra que surgem, no seio da União Europeia, programas como a Iniciativa Comunitária Equal que visa facilitar o acesso e o regresso ao mercado de trabalho dos que têm maiores dificuldades de integração e reintegração, num mercado laboral que deve estar aberto a todos.

1.3. Desafios da nova questão social

Reconhecendo as difíceis condições em que tem, no contexto que acabámos de ver, de operar a intervenção social na exclusão, este projecto interroga-nos também sobre as actuais condições de exercício de um Portugal Social. Existe uma cultura do social em Portugal? Questão pertinente, perante os sinais actuais de retracção do Estado Social. Interroga-se a sua acção, através de um olhar panorâmico sobre a orçamentação do sector social, as medidas e programas, a legislação dirigida a grupos vulnerabilizados. Parte-se duma constatação importante: nos últimos anos Portugal conheceu uma rápida modernização, que não foi acompanhada na mesma medida por um desenvolvimento sustentado e equilibrado. Acrescentaríamos, com Firmino da Costa (1998):

“As transformações espaciais, demográficas e socioprofissionais ocorridas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas alteraram de tal modo a configuração do país que (...) se pode falar, com propriedade, de trinta anos de mudança estrutural. (...) Passados esses trinta anos (...) a face da estrutura social portuguesa é um cruzamento singular de traços. Enquanto alguns a identificam claramente com o padrão dos países europeus de modernidade avançada, outros marcam, de forma vincada, a distância a esse padrão.”

No campo da pobreza e da exclusão social verifica-se também esta situação peculiar do nosso país:

“(...) nos países mais desenvolvidos, a pobreza é integrada por categorias sociais tendencialmente excluídas. Nos subdesenvolvidos, pelo contrário, predomina uma situação em que às elites se contrapõe uma massa de pessoas extremamente pobres, que constituem porém a situação mais

normal nesses países. Nos de desenvolvimento intermédio a pobreza tende a apresentar um carácter duplo e o caso de Portugal é disso mesmo uma boa ilustração.” (L. Capucha, 1998).

Se o papel do Estado não tem dado razões a grande optimismo, a revitalização da sociedade civil, com o restabelecimento da democracia em Portugal, tem sido a sua contrapartida. Voltaremos a este aspecto no final desta publicação, quando lançarmos algumas questões a propósito da intervenção nesta área.

A *questão social*, nos países do capitalismo avançado, tem vindo a deslocar-se centrando o debate em torno da exclusão, da segregação, do racismo e da xenofobia, da insegurança e da violência urbanas.¹⁰ É possível reconhecer, neste debate, o retorno a temáticas que remontam aos inícios da cidade industrial, quando se fez da indigência e da vagabundagem uma figura ameaçadora e, de mistura com os aglomerados proletários, se construiu a categoria social das “classes perigosas”. Também actualmente no discurso socio-político sobre as “novas formas de pobreza” perpassa o tema da perigosidade.

Loïc Wacquant (2001) dá-nos conta deste facto ao analisar o impacto mediático, tanto nos EUA como na Europa, dos temas do *getto*, da periferia urbana degradada e da *underclass*:

“No decorrer da última década, mais ou menos, essa auto-imagem do Primeiro Mundo foi abalada por espectaculares explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais e cada vez maior indigência no coração das grandes cidades. Longe da reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etnonacionais, as sociedades avançadas foram assoladas pela concomitante disseminação da “nova pobreza” e pelo surto - ou ressurgimento - das ideologias raciais amiúde acompanhadas pelo conflito violento na cidade.”

Luís Capucha (1998) particulariza para o contexto português, começando por demarcar velha e nova pobreza. Refere que a par de situações tradicionais de pobreza, extensas mas raramente desintegradas, emergem fenómenos da “nova pobreza”, geralmente produzidos por processos de modernização injustos.

¹⁰ Noutro texto (L. Fernandes e M. C. Carvalho, Problemas no estudo etnográfico de objectos flúidos – Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social, *Educação Sociedade e Culturas*, 14, 2000, 59-87) analisámos já a emergência desta nova questão social, cujos contornos são assinalados, por ex., por Alain Touraine, Angelina Peralva, François Dubet ou Michel Wiewiorka. Ela diz respeito também à reconceptualização em curso do próprio campo da intervenção social, tema que esteve em análise num dos *workshops* do in EXTREMIS, através do debate sobre a formação dos técnicos e os novos perfis profissionais.

O surgimento de novas categorias de pobres, geralmente mais problemáticas e vivendo mais à margem dos padrões ditos normais, fica a dever-se, na análise de Capucha, à mudança rápida que o país tem conhecido: desempregados de longa duração, pessoas sem-abrigo, grupos étnicos e culturais minoritários, "jovens em risco", "toxicodependentes", "detidos e ex-reclusos" (aspas do autor). Todos se caracterizam pela exclusão das principais instituições e todos constituem realidades em crescimento.

A novidade que encerram as actuais marginalidades nas cidades em transformação acelerada interpela-nos duplamente, se quisermos intervir de um modo sereno e pensado: precisamos, por um lado, de conhecer melhor os indivíduos envolvidos, as suas trajectórias de dessocialização, as características do seu actual quadro de vida; precisamos, por outro lado, de nos conhecer melhor a nós próprios, reflectindo nos perfis profissionais e na formação dos técnicos que agem neste domínio. Os capítulos II "Os Fenómenos in EXTREMIS" e III "A formação dos técnicos de Intervenção Social: confronto entre teoria e prática" ordenam-se, respectivamente a cada uma das interpelações.

Ao longo do projecto, várias vezes foi expressada por todos a necessidade de fazer face à novidade, tanto no plano empírico dos fenómenos como no plano das práticas interventivas. Tomo as palavras dos próprios profissionais, na avaliação que fizeram das acções de formação promovidas pelo projecto:

"Constatou-se que os/as técnicos/as de intervenção social se deparam cada vez mais com problemáticas de diferentes contornos para as quais as respostas existentes não são as mais adequadas, conjugado com o facto de existir uma falta de competências de base dos/as técnicos/as de acção social para implementarem modelos que desconhecem. A agravar isto, estes modelos procuram dar resposta a problemáticas pouco conhecidas e, sobretudo, que se transformam a grande velocidade e em relação às quais são necessárias uma grande flexibilidade e diferentes formas de actuação."

O projecto in EXTREMIS reuniu em diálogo no Porto, em Coimbra e em Lisboa, um conjunto de instituições e de profissionais que intervêm em problemáticas emergentes como a da exclusão social extrema. Ninguém tem ainda certezas sobre o modo de agir e o debate é uma condição necessária para o avanço. Precisamos de laboratórios activos de investigação. Os que o projecto promoveu e os que, aproveitando da rede que assim se vai construindo, fizemos a partir de agora.

Quando em vez do caminho recto se nos depara a encruzilhada, como é o caso no campo da intervenção em problemáticas sociais emergentes, a prudência aconselha o exercício da autoanálise. Foi o que fizeram os profissionais que se reuniram em torno do in EXTREMIS ao submeterem as suas próprias representações sociais ao exame crítico – disso dará conta o capítulo II desta publicação. A marginalidade resulta, em primeira instância, do nosso olhar sobre os outros. A naturalização do olhar coisifica a realidade e dispensa a compreensão dos mecanismos que produzem as hierarquias e as desigualdades. A coisificação traduz-se, no pensamento elementar do senso comum, em expressões como: "são assim porque não querem trabalhar", "não saem da droga porque não têm força de vontade", "andam a pedir porque são preguiçosos"... É como se se tratasse de uma natureza do indivíduo, do mesmo modo que uma pedra é dura ou o vento invisível. O seu comportamento remete para uma explicação espontânea cujos factores residiriam na sua própria vontade – como coisas no vácuo, são independentes do contexto. Certas leituras tecnico-administrativas baseadas apenas em estatísticas e em legislação sobre a exclusão ou a criminalidade, por muito rigorosas que sejam, reforçam involuntariamente estes estereótipos.

Ora, é justamente o trabalho sobre as nossas próprias representações sociais acerca dos grupos in EXTREMIS que permite a sua descoisificação, criando as condições para a mudança: da perspectiva acerca deles, da nossa própria prática e, dum modo mais lento mas igualmente alcançável, das representações colectivas.

Insistamos neste ponto. A questão das representações colectivas é decisiva no modo como a gestão urbana destes problemas pode ser levada a cabo: se o Outro está naturalizado enquanto estranho, desviante, marginal, anti-social..., o mais provável é que haja a tentação simplista de políticas de restauração da ordem limpando os espaços públicos de indivíduos ou grupos que não se enquadram na definição oficial do que deve ser o espaço público; se, pelo contrário, podemos compreender os mecanismos de produção da nova pobreza urbana, a presença de tais indivíduos e grupos é percebida como resultante das próprias dinâmicas urbanas e não como uma excrescência que, vinda dum algures, veio perturbar a ordem interna de um sistema fechado. Neste caso, é a própria dinâmica da cidade que está em causa, obrigando a repensar os mecanismos de integração da diferença e a intervenção social junto de populações desfavorecidas. A decisão sobre as políticas sociais a empreender está, pois, intimamente ligada às representações sociais circulantes. Daí a grande responsabilidade dos técnicos na sua construção e mobilização. O momento fundador deste exercício é o auto-exame das suas próprias crenças e a desconstrução dos seus estereótipos.

É este exercício que distingue o olhar armado do especialista dos olhares primeiros do leigo!¹¹

Tomemos aqui o acto de olhar na sua expressão plena nas sociedades da comunicação. O olhar é um artefacto engendrado pelas narrativas mediáticas de mundos que escapam ao cidadão comum. É esta narrativa, sobrecarregada de emoções e juízos morais, que acaba por constituir uma definição primeira: o “sem-abrigo”, a “prostituta”... Esta é, quase sempre, também a sua definição última, com a sua galeria de elementos simbólicos problemáticos, que abrem a via para os sentimentos de humilhação, de inferioridade, de vergonha, de culpa – de todos esses atributos a que os psicólogos convencionaram chamar “perda da auto-estima”, e a que poderíamos chamar simplesmente perda de humanidade. E é por isso que a marginalidade é, em grande medida, a medida do olhar da sociedade dominante sobre os indivíduos em desvantagem. E é por isso que ela constitui um bom exemplo de como os processos simbólicos produzem efeitos materiais: o potencial de desumanidade que existe em ser-se alguém à margem, quer dizer, fora do mundo dos “normais”, é o primeiro obstáculo a vencer quando se equacionam políticas sociais.

¹¹ A negociação de definições sobre grupos vulnerabilizados à exclusão social não deve limitar-se às narrativas mediáticas, aos gestores políticos e aos profissionais da intervenção social. Algumas das populações em situação de desvantagem têm formas de auto-organização que devem ser tidas em conta neste processo. Poderíamos exemplificar com associações de imigrantes ou com a “Cais”. Não podemos exemplificar, porque não as há ainda em Portugal, como as associações de utilizadores de drogas ou de trabalhadores sexuais.